HOMICÍDIO CONJUGAL EM PORTUGAL

RUPTURAS VIOLENTAS DA CONJUGALIDADE

ELZA PAIS

temas sociais

HOMICÍDIO CONJUGAL EM PORTUGAL

RUPTURAS VIOLENTAS DA CONJUGALIDADE

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa
editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt

Autora: Elza Pais
Capa: Silva! Designers
Design e paginação: Silva! Designers
Impressão: INCM

2.ª edição, revista e aumentada
Maio de 2010
Tiragem: 1000 exemplares
ISBN: 978-972-27-1844-8
Depósito Legal: 309741/10
Código: 1017268

ELZA PAIS

HOMICÍDIO CONJUGAL EM PORTUGAL

RUPTURAS VIOLENTAS DA CONJUGALIDADE

Índice

Prefácio à 2.ª edição **13**
Prefácio à 1.ª edição **17**
Apresentação **21**
Introdução **25**

Parte I
Enquadramento e perspectivas de análise
1. Construção social da violência e do crime **39**
1.1. A violência como regulador social 39
1.2. Agressividade tornada violência 48
1.3. Problemáticas compreensivas do crime 52
1.3.1. Paradigma do facto social 52
1.3.2. Paradigma da reacção social 55
1.3.3. Paradigma das inter-relações sociais 59
1.4. Crime de homicídio 63
1.4.1. Evolução do homicídio versus homicídio conjugal 63
1.4.2. Homicídio conjugal e a «passagem ao acto» 70

2. Família(s) e lar: lugar de (in)visibilidade do amor, do desamor e da violência **77**
2.1. Tradição e modernidade: sexualidade, amor e casamento 77
2.2. Modelos matrimoniais e rupturas da conjugalidade 83
2.3. Espaço doméstico e violência 87
2.4. Em torno da construção social da diferença: a lei e as questões do género na violência conjugal 97

3. O percurso e a definição do procedimento analítico e da estratégia metodológica **107**
3.1. Do procedimento analítico as hipóteses 107
3.2. Estratégia metodológica e delimitação do objecto empírico 109
3.3. Instrumentos de pesquisa e organização da análise 112

Parte II
Os percursos da conjugalidade: contextos, trajectos e conflitualidades
4. Análise sociográfica **121**
4.1. Homicídio conjugal *versus* homicídio: semelhanças e diferenças 121
4.2. Crime e efeito de geração e de género 123
4.3. Distribuição espacial e mobilidade 129
4.4. Género e punição 132
4.5. Anatomia do crime 135
4.6. Local e instrumentos do crime 137

5. Em torno dos valores: os contextos sociais e as trajectórias **143**
5.1. Trajectórias sociais 143
5.2. Práticas, representações e valores 157
5.2.1. Percursos e práticas de conjugalidade 158
5.2.2. Sexualidade – práticas e representações 166
5.2.3. Infidelidade – práticas e representações 170
5.2.4. Ruptura e conflitualidades conjugais 174
5.2.5. A felicidade como estereótipo 179
5.2.6. Valores e sociabilidades 183
5.3. Reflexividade e mudança 189

6. Rupturas violentas da conjugalidade: maus-tratos; violência-conflito; abandono-paixão; posse-paixão **197**
6.1. Homicídio «maus-tratos» 198
6.2. Homicídio «violência-conflito» 205
6.3. Homicídio «abandono-paixão» 209
6.4. Homicídio «posse-paixão» 215

Conclusão **223**

Parte III
Novos capítulos
7. Violência, cidadania e género **233**
7.1. Enquadramento jurídico 247
7.2. Planos nacionais de acção contra a violência doméstica 252
7.3. Redes e estruturas de apoio 259

8. Uma década de homicídio conjugal em Portugal **269**
8.1. Homicídio em geral 271
8.2. Observatório da UMAR 273
8.3. Condenações por homicídio conjugal – dados da direcção-geral da política de justiça 274
8.4. Homicídio conjugal: 1996–2006 276
8.5. Análise sociográfica do homicídio conjugal em 2006 283
Síntese conclusiva 293

Bibliografia **299**

À memória de meu pai
Às mulheres que não têm voz

Prefácio à 2.ª edição

A. Laborinho Lúcio

A proclamação de que «a violência contra as mulheres é considerada universalmente como uma grave violação dos direitos humanos, impossibilitando a mulher de usufruir de liberdades fundamentais e de se realizar enquanto cidadã plena», constitui a chave mestra do pensamento que orienta Elza Pais ao longo da sua obra *Homicídio Conjugal em Portugal*, que agora reedita actualizando um trabalho de excelência que nos havia proporcionado há já mais de dez anos.

Através de um percurso carregado de hesitações e marcado até por excessivas contradições – hoje incompreensíveis à luz de uma consciência democrática mais consolidada e comprometida com maiores exigências de natureza ética – o tratamento concedido à questão da violência doméstica em geral, e da violência conjugal em particular, veio a conhecer avanços expressivos, exactamente à medida que se assistia ao deslocamento do acento tónico da intervenção, da esfera privada e familiar, para o domínio dos agentes envolvidos e para o da consideração pública da sua condição de sujeitos de direito e de direitos. De uma família organizada essencialmente a partir de uma estrutura fortemente hierarquizada e suportada em conceitos de autoridade e de poder que a própria hierarquia justificava, vem a passar-se, ainda que lentamente e em ciclos de vida sócio-

-culturais irregulares, para um modelo plural de família, de relações mais heterarquizadas e democráticas, nela emergindo cada um dos membros que a compõe como verdadeiro sujeito autónomo de direitos. A violência, seja física, seja psicológica, ou ainda de qualquer outra ordem, perde toda a falsa «legitimação» que lhe vinha de uma autoridade reconhecida a partir da diferença de género, da distância etária, da diversa maturidade física dos vários elementos da família. Violência doméstica é agora e sempre violação de direitos e o que dela ressalta não é mais a razão que assiste ao autor e que a justifica, mas a condição de vítima de quem a sofre, o que impõe a sua inequívoca reprovação com a correspondente punição de quem a pratica. E é violação de direitos enquanto direitos humanos inscritos na própria dignidade da pessoa, cujo dever de respeito vem, assim, por arrastamento, a ser, também ele, violado. Não se trata, por isso – percebe-se agora – de direitos ou bens disponíveis, ficando a perseguição de quem os atinge dependente da vontade da vítima ou da sua capacidade para denunciar a violação, mas sim de direitos ou bens de dimensão pública, retirados da esfera privada e meramente familiar para se repercutirem no domínio ético onde se afirmam os princípios estruturantes de uma comunidade pautada por valores democráticos irrenunciáveis, entre os quais o da igualdade de género.

Este constitui, porém, um caminho que, entre nós, só muito recentemente começou a ser trilhado com segurança mas sempre com passadas estreitas, e ainda assim, em cada momento, justificadas com razões que o tempo e a consciência das coisas vinham, posteriormente, a fazer abandonar. Um caminho que, também por isso, importa conhecer bem e do qual cumpre retirar fundamento teórico e empírico para prosseguir com eficácia o combate contra a violência doméstica como um dos desígnios mais interpelantes do nosso tempo. Para isso muito contribui este valioso trabalho de Elza Pais.

Desde a apresentação oportuna dos mais significativos instrumentos nacionais e internacionais de luta contra a violência

no seio da família, até à descrição de vários dos mais importantes planos de acção àqueles ligados, passando por uma rigorosa demonstração da dimensão qualitativa e quantitativa do fenómeno e pelo estudo da evolução da política e das políticas de combate à violência doméstica, a autora revela a elevada competência de que o seu percurso académico, cívico e profissional tem sido vivo testemunho, sendo que, ao mesmo tempo, através do impacto de vários dos depoimentos que agora reedita, consegue imprimir no discurso abstracto, próprio de uma pessoa de ciência, o sentido profundo da dor, do sofrimento, mas também da ignorância e do abandono que acompanham a realidade do fenómeno que trata e que o moldam também enquanto objecto a conhecer. Daí que se não furte, num tempo que recupera a força da razão, a tratar, e bem, o «Lugar de (in)Visibilidade do Amor, do Desamor e da Violência». Fá-lo, porém, sem concessões fáceis e sem proselitismos. E se é certo que se compromete, envolvendo-se, com o próprio trabalho que desenvolve aqui, não deixa, ao mesmo tempo, de abrir questões e de procurar respostas fora de um quadro fechado que tenda a recusar liminarmente a complexidade da matéria sobre a qual discorre. Exemplo disso é, entre muitos outros, o das interrogações que formula, ora no sentido de saber se «será que o homicídio conjugal ocorre quando os constrangimentos sociais, em situação de mudança, dificultam a adesão dos indivíduos a novas normas, valores e práticas sociais?», ora quando busca resposta para a dúvida acerca do fenómeno como coisa recente ou apenas como portadora agora de uma maior visibilidade. É, aliás, nessa linha, que embora partindo do homicídio e trabalhando-o autonomamente, não se atém à dimensão deste, do mesmo modo que não deixa de situar a sua análise da violência conjugal no contexto mais alargado da violência doméstica e da violência em geral, apreendendo-as também como fenómenos de dimensão cultural, a requererem uma avaliação compreensiva que não poderá recusá-la.

Este é, pois, um trabalho sobre gente, tomada no mais íntimo da sua complexidade e da sua dimensão paradoxal. Mas é também uma obra sobre os valores, sobre o sentido das relações entre sujeitos portadores de dignidade humana, sobre a responsabilidade social e política, sobre a importância dos direitos e do seu reconhecimento no outro, enfim, sobre «o valor do outro».

Finalmente, lembrando as palavras de Nelson Lourenço, no seu prefácio à primeira edição, «o rigor da escrita não estabelece, como é frequente em trabalhos académicos, uma relação de oposição e de conflitualidade com o prazer da leitura». Pelo contrário, há ainda esse prazer a ajudar o leitor a conhecer melhor e a reflectir mais sobre um tema e sobre um problema dos quais não pode manter-se distante como um mero espectador descomprometido.

COIMBRA, AGOSTO DE 2009